

1 - Metodologia de pesquisa

Amir El Hakim de Paula

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PAULA, AEH. Metodologia de pesquisa. In: *A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 23-41. ISBN 978-85-68334-67-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

1

METODOLOGIA DE PESQUISA

1.1 – Meios de pesquisa

As origens do movimento operário e sindical no Brasil remontam ainda ao final do século XIX, quando da formação das primeiras entidades de auxílio mútuo, quase sempre ligadas às categorias mais fortes.¹

Com a organização dos trabalhadores em entidades de resistência no início do século XX, percebe-se que o operariado, ainda que mantivesse várias prerrogativas das entidades beneficentes, como auxílio aos funerais de um filiado, já tinha a clareza que só conquistaria melhores salários e condições de trabalho se se contrapusesse ao capital.

Como forma de conseguirem se articular e demonstrarem as suas ações cotidianas, essas entidades, quando seus recursos financeiros permitiam, fundavam jornais, que, além de funcionarem como uma propaganda da atuação do sindicato, propiciavam uma melhor articulação das entidades combativas, como na formação de uniões operárias locais, federações regionais e estaduais e confederação nacional.

Em que pese a abnegação dos militantes operários desse período, caso de Edgar Leuenroth, é notória a falta de periódicos sindicais

1 Mais detalhes sobre a formação dessas entidades, ver Simão (1966), principalmente o capítulo 4, sobre a organização sindical brasileira.

do Norte e Nordeste do país (encontramos apenas exemplares de algumas capitais e cidades maiores), sendo que aqueles que apresentaram menor intermitência eram principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Esse fato devia-se às dificuldades de organização dos sindicatos localizados nas regiões de menor industrialização, o que ocasionava uma menor presença sindical.

Com o apoio de alguns autores citados adiante, e tendo também a presença dos arquivos operários, detectamos que grande parte dos periódicos sindicais até meados da década de 1920 era de predominância anarquista e sindicalista-revolucionária. Isso pode significar uma presença mais coesa dessas entidades pelo país nesse período em estudo.

Até recentemente (início da década de 1990) historiadores e cientistas sociais declaravam os sindicatos mais combativos no Brasil como anarcossindicalistas. No presente trabalho, optamos por usar o termo “sindicalismo-revolucionário”, mais presente nos trabalhos de Toledo (2004),² visto que o anarcossindicalismo, de fato, não se estruturou no Brasil, como em outras nações latinas, casos da Espanha e de Portugal.

Entretanto, isso não significava que essa tendência (sindicalismo-revolucionário) não teria nenhum vínculo com o anarquismo, como pretende demonstrar essa autora, principalmente a partir do início da década de 1930, quando, como forma de demarcar as diferenças ideológicas com os comunistas, por exemplo, esses sindicatos já abertamente chamavam-se anarquistas.³

2 Segundo a autora, “o movimento operário em São Paulo no início do século, portanto, não pode ser reduzido ao movimento anarquista, uma vez que a experiência da classe operária paulista envolve diferentes ideias e comportamentos políticos, entre os quais se destaca o *sindicalismo revolucionário*, um movimento que, em várias partes do mundo, se transformara em uma corrente política autônoma em relação ao anarquismo e ao socialismo” (Toledo, 2004, p.27).

3 Nesta obra, esses sindicatos serão trabalhados a partir de 1930 como “sindicatos de orientação anarquista”.

Sobre isso, vejamos abaixo uma declaração da Federação Operária de São Paulo,⁴ entidade estadual que agregava vários sindicatos combativos, a favor do anarquismo (comunismo libertário) como forma de diferenciar-se das entidades de orientação comunista.

A Federação Operária de São Paulo e as organizações aderentes a ela mais de uma vez têm reafirmado o que consideram ser a sua missão principal: Destruir todo poder econômico e político e estabelecer uma sociedade que tenha por base o livre desenvolvimento do indivíduo sem sujeição a nenhum poder, a nenhuma absurda ditadura, seja ela branca, vermelha ou preta. Aspiramos ao comunismo libertário, verdadeiro ideal que nada tem de semelhante com pseudocomunismo russo. (*Boletim da Federação Operária de São Paulo*, 1/8/1931, p.1)

Levando-se em consideração que essas entidades sobreviviam apenas com a cotização de seus filiados, era comum nesse período inicial da formação da classe operária a intermitência na publicação de vários desses periódicos.

Entretanto, por representar várias categorias organizadas numa central, um jornal operário foi de extrema valia a nossa pesquisa. Isso se deveu a sua maior perenidade e a sua constante menção às ações dos sindicatos de resistência, mesmo que apenas numa parte do período estudado.

A *Voz do Trabalhador*, órgão oficial da Confederação Operária Brasileira (COB), foi importante para analisarmos as diversas territorialidades existentes. Entretanto, por ser tratar de um jornal de alcance nacional, nem sempre a mesma categoria aparecia nas suas páginas continuamente, em que pese em um período de oito anos (1908-1915) o jornal ter saído com uma regularidade semanal.

4 A Federação Operária de São Paulo (FOSP) foi uma organização estadual vinculada, até a década de 1920, ao sindicalismo-revolucionário e, na década de 1930, ao anarquismo.

Além das fontes operárias, outro importante recurso para a compreensão da relação entre os sindicatos e o Estado foram as publicações oficiais ou pró-governo Vargas.

Essas publicações estão organizadas conforme o ano de lançamento e, diferentemente dos periódicos sindicais, não apresentam intermitência no período de nosso estudo.

Duas delas foram valiosas para conseguirmos detectar qual foi a postura governamental, a partir de 1930, com relação à organização dos trabalhadores: a *Revista do Trabalho* e o *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*.

A *Revista do Trabalho*, embora não fosse um órgão oficial do governo, tinha grande simpatia pelas propostas oficiais e, por isso, em suas páginas publicava declarações de membros do governo e, principalmente, pareceres positivos ou não acerca dos vários pedidos dos sindicatos em processo de reconhecimento.

Já o *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* era uma publicação governamental com o intuito de divulgar oficialmente a legislação sindical e trabalhista. Nele encontramos também discursos sobre esse processo de oficialização dos sindicatos, palavras do Ministro do Trabalho sobre o momento por que passavam essas entidades, mas também agradecimentos de parte de alguns sindicalistas, o que possibilita perceber uma sintonia entre esses sindicatos e a proposta oficial.

As duas publicações foram importantes para entendermos de que forma o Estado, ao intervir nos sindicatos, preocupava-se também em restringir a territorialidade dessas entidades.

Outra fonte oficial desse período foram os prontuários do Dops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social). Essa estrutura política foi criada em 1924 e tinha o objetivo de reprimir ou mesmo prevenir os atos considerados ofensivos à segurança do Estado.

Por meio dos relatórios dos investigadores e da presença de panfletos de alguns sindicatos, observamos de que forma a polícia agia na repressão ao movimento operário, mas também coletamos informações sobre algumas divergências entre os sindicatos mais combativos.

É importante frisar que os estudos sobre o movimento sindical no Brasil no início do século XX são possíveis graças, principalmente, às presenças de grandes arquivos operários.

Essas pesquisas⁵ iniciaram-se a partir da década de 1950, junto à presença de um extenso material de jornais operários conservados por militantes desse movimento, que mantinham em sua residência verdadeiros arquivos de periódicos.

Assim, as primeiras pesquisas históricas e sociológicas do movimento operário foram realizadas nos arquivos pessoais de Edgar Leuenroth e Astrojildo Pereira, dois dos maiores líderes operários das primeiras décadas do século XX.

Atualmente grande parte desses arquivos pessoais encontra-se no Cedem-Unesp e no Arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp.

O arquivo da Unesp teve parte de seus documentos constituída na década de 1970, graças à preocupação de alguns brasileiros exilados na Itália em preservar a memória dos movimentos sociais.

Nesse caso, seus principais materiais foram primeiramente organizados na cidade de Milão, sob o nome de Asmob (Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasileiro), e eram compostos pelos fundos Astrojildo Pereira, Roberto Morena, recebendo também doações de militantes comunistas como Luiz Carlos Prestes, Oscar Niemeyer e Jorge Amado, e também de exilados que lutavam contra a ditadura militar existente no Brasil. Esse arquivo operário foi doado à Unesp em 1994 e localiza-se na cidade de São Paulo.

Pioneiro no país, o Arquivo Edgar Leuenroth foi formado em 1974, na Unicamp, graças à aquisição do material guardado durante dezenas de anos por esse líder operário, sendo um dos mais importantes quando se trata de estudar esse tema.

Afora o Arquivo Edgar Leuenroth e o Arquivo Cedem, existe, ainda que parcialmente, o Centro de Memória Sindical, ligado ao Sindicato dos Têxteis da cidade de São Paulo.

5 Entre as pesquisas iniciais do movimento operário no Brasil, citamos como principais: Linhares (1977); Rodrigues (1969); Dias (1962). Esses autores eram antigos militantes comunistas ou anarquistas.

Infelizmente, o acesso aos documentos mais antigos desse sindicato mostrou-se inviável, pois essa entidade, com o passar das gestões, destruiu parte de seus periódicos, não tendo a preocupação em conservar os jornais do período em estudo.

Foi com base nos arquivos operários que conseguimos analisar grande parte do material que ora apresentamos.

A intermitência de vários periódicos, bem como a inexistência de uma metodologia de análise dessas fontes, no que tange à ciência geográfica, exigiu de nós algumas operações como forma de dirimir essas dificuldades.

Para tanto, num primeiro momento, analisamos os principais autores que estudaram o movimento operário desse período, e a partir deles, recorreremos a essas fontes primárias como forma de reunirmos o maior número de periódicos que nos interessassem.

Guzzo de Decca (1987), Hardman (1982) e Carone (1979) situam-se entre os pesquisadores que iniciaram, com dissertações e teses de doutorado, uma maior compreensão da história do operariado brasileiro, que era, principalmente, fabril.

Do enfoque sociológico, poderíamos citar Aziz Simão (1966), que antes mesmo da formação do Arquivo Edgard Leuenroth, graças à intensa amizade com o líder anarquista, realizou uma obra considerada marco na sociologia do trabalho, e até hoje, continua como um clássico acerca do movimento operário do início do século XX.

Esses estudos, quase sempre ligados à História ou à Sociologia, tiveram uma expansão qualitativa nas últimas duas décadas, que vieram surgir inúmeras teses e dissertações que trouxeram novas nuances desse movimento social de grande expressão no início do século XX.⁶

A partir dessas pesquisas, optamos prioritariamente em analisar os sindicatos-revolucionários, já que eram as únicas entidades, até a segunda metade da década de 1920, com grande preocupação em lutar contra o capital.

6 Entre as pesquisas encontradas, temos: Lopreato (1996); Toledo (2002) e Biondi (2002).

Ao contrário dos sindicatos-revolucionários, as entidades beneficentes/mutuais e as reformistas não professavam uma única ideologia, dificultando a sua análise enquanto um agrupamento sindical uniforme. Além disso, essas entidades pouco se preocupavam com a formação de uma organização nacional (ao contrário das sindicalistas-revolucionárias).

No caso dos sindicatos católicos, embora tivessem um corpo ideológico definido (as preleções da encíclica *Rerum Novarum*) não tinham uma orientação classista e de ruptura com o sistema capitalista.

Essa opção em trabalharmos com as entidades de resistência se deve ao fato de serem as mais representativas, no que tange aos confrontos que ocorriam entre o proletariado e a burguesia nascentes.

Essa priorização foi necessária e se mostrou (como veremos adiante, na análise territorial de algumas entidades) a melhor alternativa, visto detectarmos nos vários periódicos analisados a presença de uma intensa relação territorial entre sindicatos que professavam essa ideologia.

Como forma de não confundirmos um sindicato-revolucionário com os outros existentes, visto que alguns jornais portavam títulos parecidos, em que pese origens até divergentes, utilizamos obras de autores que não separaram as pesquisas da prática militante e por isso diferenciavam os grupos sindicais.⁷

Dentre esses, os principais foram Edgar Rodrigues e Everardo Dias. Ambos estão entre os primeiros a desenvolverem uma pesquisa detalhada sobre o movimento operário do início do século XX.

Outra obra importante para a análise de periódicos foi “A Imprensa Operária no Brasil” (1880-1920), de Ferreira (1978). Nesse

7 Um exemplo foi o jornal *O Combate*, de São Paulo, existente na década de 1910. Dirigido por Nereu Rangel Pestana, o periódico, embora tivesse um título que pudesse denotar algum compromisso mais forte com a classe operária, não professava qualquer programa ideológico que buscasse a ruptura com o sistema capitalista (como os anarquistas e os sindicalistas-revolucionários). Mesmo sendo simpático com as lutas operárias em suas páginas, questionava veementemente as ações violentas dos trabalhadores, fosse nas greves ou mesmo nos comícios.

trabalho, a autora descreve os diversos jornais encontrados no Arquivo Edgar Leuenroth e relaciona-os com a ideologia à qual se afinavam.

Algo que merece um esclarecimento refere-se a escolha em discutir o movimento sindical, sem necessariamente se ater a um sindicato específico.

Isso se deveu à própria dificuldade de organização dos sindicatos no período em estudo, visto que essas entidades de classe mantinham-se somente por meio da cotização de seus filiados. Quando o número de aderentes diminuía, a própria sobrevivência da entidade ficava ameaçada.

Não é por acaso que, nos jornais analisados, eram comuns artigos comentando sobre as dificuldades de manutenção dessas entidades, sendo corrente, inclusive, que na própria ata de fundação aparecesse uma cláusula que discutia a doação de imóveis da entidade caso a mesma se extinguisse.

Essa incipiente organização dos trabalhadores ocasionava uma grande intermitência entre os jornais de diversas categorias, mesmo entre aqueles periódicos que eram mantidos graças aos esforços de vários sindicatos. Quando um periódico operário cessava a sua publicação (fosse por motivos econômicos ou depois das ações policiais) surgia também uma interrupção do registro histórico de várias entidades de classe, denotando que a história dessas categorias profissionais ficava quase que totalmente ligadas a essas informações.

Outra questão importante neste trabalho é compreender que os sindicatos-revolucionários, com a fundação do Partido Comunista, já não mais defenderiam a neutralidade das entidades sindicais, algo comum até o fim da década de 1910, como forma de não sofrerem maior assédio das ideias comunistas, e perderiam a influência sobre uma parte das organizações sindicais.

Desta forma, quando trabalharmos a presença sindical no período pós-1930, esses sindicatos estarão agrupados como sindicatos de orientação anarquista.

Entendemos que essa metodologia de análise, ainda que necessitando avanços, possibilitou-nos uma maior acurácia na pes-

quiza que desenvolvemos, já que foram enormes os desafios que enfrentamos para compreender as territorialidades dos sindicatos desse período.

Por fim, gostaríamos de explicitar que, muito embora seja significativa a presença dos sindicatos de orientação comunista, a partir da metade da década de 1920, por uma opção metodológica (a possibilidade de comparação entre a pluralidade sindical e a unicidade sindical no que tange à questão territorial), essas agremiações não foram o principal objeto de nossa pesquisa.

Isso se deveu, principalmente, ao fato de os comunistas estarem iniciando efetivamente uma maior participação no movimento sindical apenas quase no final da década de 1920, pouco antes da intervenção estatal nos sindicatos. Desta forma, restaria um gradiente menor de tempo para a análise com o fim de demonstrar a sua organização territorial, ao contrário dos sindicatos-revolucionários ativos desde o início do século XX.

Além disso, o fato de defenderem a unicidade sindical e serem antifederalistas levava-os a terem uma prática sindical de menor movimentação territorial, se contrapondo às táticas anarquistas e sindicalistas-revolucionárias.

1.2 – Território e territorialidade: conceitos fundamentais

As bases teórico-metodológicas de nossa pesquisa são fruto de uma evolução acadêmica que se desenvolve desde a graduação. Desde então, nossas preocupações se dirigem para o entendimento do movimento operário brasileiro do início do século XX.

Na graduação, estudamos a configuração espacial dos sindicatos no país, quando então percebemos a carência de estudos geográficos sobre o tema, o que nos trouxe alguns desafios de cariz metodológico, principalmente pela necessidade de análise de algumas questões parcialmente desenvolvidas.

No mestrado, nossas atenções continuaram voltadas aos estudos da classe operária, só que circunscritas à cidade de São Paulo, em momento marcado por grandes transformações urbanísticas.

Nessa dissertação, por meio dos conceitos de segregação espacial e apropriação, discutimos a relação entre os operários e a cidade, ou seja, estudamos as dificuldades de inserção desses trabalhadores na urbe (profissionalmente, culturalmente etc.) e como essa classe lutava por uma cidade sem segregação espacial, o que ocorria em momentos de grande agitação social, como a Greve Geral de 1917.

Na atual pesquisa, nossas preocupações metodológicas voltam-se para a discussão acerca dos conceitos de território e territorialidade e como ambos podem contribuir para o entendimento das relações entre os sindicatos e o Estado, principalmente quando da passagem de uma estrutura sindical presente no Estado liberal para outra de caráter corporativo.

Na história da ciência, os estudos sobre território e territorialidade foram objetos de preocupações de vastas áreas do conhecimento, como a botânica e a zoologia, por meio dos trabalhos naturalistas do século XVIII ou mesmo pela Etologia de Auguste Comte, para citar os mais conhecidos (Moraes, 1984).

O temário ganhou um significado importante para a ciência geográfica no final do século XIX e início do século XX, por meio dos trabalhos de Ratzel, principalmente na sua obra *Politische Geographie*, na qual postulava que

O Estado não é um organismo meramente porque ele represente uma união do povo vivo com o solo (*Boden*) imóvel, mas porque essa união se consolida, tão intensamente através de interação, que ambos se tornam um só e não podem mais ser pensados separadamente sem que a vida venha a se evadir. (Ratzel apud Souza, 1995, p.85)

Para o geógrafo alemão, o solo aparece como sinônimo de território, pois é na relação entre esse *Boden* e a sociedade que nele habita que está a origem do Estado-nação. Diz Ratzel sobre essa relação

a sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo ela se transforma em Estado. (Ratzel apud Candiottto, 2009, p.316)

Muito presente na Geografia (principalmente na Geografia Política), a vertente política teve sempre no país um papel destacado entre intelectuais brasileiros do início do século XX, como Backheuser, Elyseo de Carvalho e Delgado de Carvalho, claramente influenciados pelas concepções de Ratzel.⁸

Essa concepção prioriza o papel do território (e sua organização) pelo pressuposto estatal, compreendendo qualquer outra manifestação no território, que não a estatal, como uma excepcionalidade, ou seja, uma ação “extraterritorial”.⁹

Entretanto, mais recentemente, outros autores buscaram diversas formas de entendimento sobre o território, poder e territorialidade. Dentre esses, encontramos Claude Raffestin e Paul Claval

Para Claval,

os geógrafos têm negligenciado as dimensões espaciais do poder em geral numa sociedade complexa, tendo até agora se apegado em excesso ao Estado em si, com isso passando ao largo de fatos impor-

8 Conforme comenta Miyamoto (1995, p.44-64), “as décadas de 1920 e 1930 corresponderam ao surgimento dos primeiros estudos nacionais sobre a geopolítica. [...] Este período se salientou por apresentar poucos autores: Elyseo de Carvalho, Everardo Backeuser, Carlos Delgado de Carvalho, Mario Travassos e Francisco de Paula, sendo os dois últimos militares. [...] A influência de Ratzel é visível em todos eles, mas nem sempre as concepções de espaço, posição e poder daquele autor, são interpretações à mesma luz pelos estudiosos nacionais”.

9 As discussões sobre o que seria uma concepção de extraterritorialidades foram levantadas na disciplina “Formação territorial e teoria em Geografia Humana”, ministrada pelo professor Antonio Carlos Robert Moraes, no segundo semestre de 2007, no Departamento de Geografia da FFLCH/USP.

tantes relacionados às engrenagens dos governos e suas articulações com as sociedades civis. (apud Costa, 1988, p.24)

Outro expoente dessa tendência na Geografia, Raffestin (1993) aponta que o território, formando-se

a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (Raffestin, 1993, p.193)

Baseados largamente nas concepções foucaultianas¹⁰ de poder, esses autores divergem da ideia que admite o Estado como única fonte dotada de ação no território, como fica evidenciado nas suas críticas à chamada Geografia Política clássica.

Diz Raffestin (1993):

Em vez de se interessar por qualquer organização dotada de poder político suscetível de se inscrever no espaço, a Geografia Política só vive, e em consequência, só fez a análise de uma forma de organização: a do Estado. (Raffestin, 1993, p.28)

Dentro dessa perspectiva, por mais que o Estado¹¹ seja, como afirma Gramsci, todo o complexo de atividades práticas e teóricas

10 O poder para Foucault não pode ser localizado em um único ponto, como o Estado, por exemplo. Ele é relacional, dinâmico, mantém ou destrói grandes esquemas de dominação, numa grande correlação de forças.

11 Para nós, o Estado não é uma resposta às necessidades de se mediar conflitos, como pensavam alguns cientistas sociais da escola liberal (casos de Locke e Smith). Pelo contrário, ele é um veículo do qual a classe dominante (no caso de nossa pesquisa, a burguesia industrial/cafeeira) se utilizava para oprimir as classes mais pobres, como os operários e suas entidades representativas. Essa repressão era feita de forma coercitiva, quando se fechavam as entidades e se proibiam as manifestações dos trabalhadores, ou de forma ideológica, quando

com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém seu domínio, mas procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais exerce sua dominação, parcelas da sociedade civil organizada (como os sindicatos, por exemplo) nessa época lutavam para manter a sua autonomia e, de certa forma, divergiam abertamente do poder estatal.

Isso pode ocorrer porque, como afirma Raffestin (1993),

o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações. [...] Em graus diversos, esses momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. (Raffestin, 1993, p.152-153)

A partir dessas teorizações, compartilhamos da hipótese de que as várias ações no território (sociais, econômicas, políticas e culturais) não se fixam apenas e tão somente na ação estatal, sendo que outros agentes sociais, como os sindicatos, por exemplo, aparecem como organismos de grande atuação no território, questionando em alguns casos a estrutura dominante determinada pelo poder central.

Sendo assim, como aponta Costa, W. (1988), as ações dessas entidades não podem ser ocultadas, visto que, muito embora a relação Estado-poder-território seja a mais evidente, “tais mecanismos, aqueles que interferem nessa relação [poder-território] desenvolvem-se através das formas e organizações já conhecidas, como partidos, sindicatos, entidades etc.” (Costa, W., 1988, p.24).

De certa forma influenciados pelas discussões suscitadas por Paul Claval e Claude Raffestin, surgem em algumas universidades brasileiras, a partir da década de 1990, inúmeros trabalhos acadêmicos (artigos, dissertações, teses) incorporando a esse debate

a elite se utilizava de recursos jurídicos, culturais, educacionais para impor seu modo de vida. Para mais detalhes, ver Carnoy (1994).

novas (re)formulações acerca da conceituação clássica de território e territorialidade.

Dentre esses autores, destacamos aqueles que, ao promoverem uma nova abordagem do tema, propiciaram o surgimento de uma gama de trabalhos baseados numa ampliação desses conceitos e que, de certa forma, foram importantes para a nossa compreensão do tema de pesquisa.¹²

Haesbaert (2004) aponta pelo menos três concepções básicas de território: (i) a política ou jurídico-política, a mais difundida, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, mas não exclusivamente relacionado ao poder político do Estado; (ii) a cultural ou simbólica, na qual o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização de um grupo em relação ao seu espaço vivido; (iii) e a econômica, aquela que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas.

Ao ampliar as análises sobre território e seus agentes, Haesbaert (2004) discute também as diversas formas de territorialidades. Baseando-se nas análises de Sack (1980), o autor mostra que as territorialidades não deixam de ser uma estratégia de controle, visto que é a partir dessa ação no território que se pode controlar recursos ou mesmo impor novas relações.

Para ele, o conceito de territorialidade deve ser usado também

Para enfatizar as questões de ordem simbólica-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples qualidade de seu território, é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território. (Haesbaert, 2004, p.74)

Outro autor importante em nossa discussão sobre território e territorialidade é Souza (1995). Para esse autor, é muito simplista

12 Dentre os autores brasileiros que seguiram uma abordagem crítica acerca dos conceitos de território e territorialidade temos Haesbaert (2002, 2004, 2007 e 2009) e Souza (1995, 2009).

associar a ideia de território como pertencente apenas ao Estado, ou o Estado como o único agente do território, visto que

ele [o território] não precisa nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (por exemplo, uma rua) à internacional (por exemplo, a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Otan). (Souza, 1995, p.85)

Para Souza (1995), é possível haver no território juridicamente constituído e administrado pelo Estado uma sobreposição de outros territórios “dominados” por alguns grupos sociais, e que derivadas dessa sobreposição possam existir contradições entre as diversas territorialidades, por conta dos atritos existentes entre os poderes.

Desta forma, o autor necessariamente multiplica as possibilidades de entendimento acerca da relação Estado-poder-território, ao considerar outras formas de análise e não apenas a político-jurídica.

Por essa conceituação, o território não é visto apenas como espaço da ação do Estado. E o processo de territorialização pode ser conduzido por agentes sociais.

Ao ampliar a noção de território como substrato material de relações de poder, no qual o Estado é um agente importante, mas não o único, Souza (2009) permite-nos entender que

o exercício do poder, e com ele o desejo ou a necessidade de defender ou conquistar territórios, tem a ver com um acesso a recursos e riquezas, com a captura de posições estratégicas e/ou com a manutenção de modos de vida e do controle sobre símbolos materiais de uma identidade [...]. (Souza, 2009, p.64)

Apoiando-se na ideia de sobreposição de territórios, Mançano (2009) aponta que isso ocorre quando vários setores econômicos e sociais se utilizam do território para a consecução de seus interesses imediatos. Para ele,

As instituições que formam o Estado-nação, como seus poderes, os partidos, os sindicatos, as igrejas, as fundações, as cooperativas, as empresas, os movimentos, as ONGs constroem espaços e territórios no interior do território do Estado, constituindo assim diferentes soberanias. (Mañano, 2009, p.202)

Até o início da década de 1930, os sindicatos tinham como regulação para a sua base territorial uma lei de 1907 a qual possibilitava inúmeras formas de organização territorial.

Essa viabilidade legal, como também a própria constituição dessas entidades, largamente baseadas nos pressupostos sindicalistas-revolucionários, de modo que o sindicato se organizava de forma autogestionária e federalista, primeiro localmente e depois formando uma entidade nacional, permitiu o surgimento de inúmeras estratégias territoriais.

Desta forma, foram comuns (para não dizer necessárias) as relações territoriais entre os sindicatos de matriz ideológica semelhantes, principalmente entre aqueles mais organizados (geralmente localizados nos grandes centros) e seus congêneres do interior do país.

Ou seja, a pluralidade sindical existente no país até o fim da década de 1920 permitiu a existência de uma territorialidade sindical baseada única e exclusivamente nas necessidades dos sindicatos.

Essas ações territoriais plurais não culminaram necessariamente em uma disputa por território entre o poder central (o Estado) e o movimento sindical. Entretanto, afirmamos a existência de uma territorialidade por serem essas ações sindicais baseadas em laços de afinidades, procurando construir uma rede solidária sindical, ao utilizarem-se de estratégias territoriais para a conquista de melhores resultados sociais para seus filiados.

A mesma estratégia territorial poderia não funcionar perfeitamente em todas as regiões do país e para todas as categorias de trabalhadores, surgindo assim uma enorme gama de ações territoriais, tanto local como nacionalmente.

Isso não significava, como veremos, um atomismo na maneira de se organizar, com as entidades, a todo momento, tentando formar uma

rede sindical única. Essas estratégias territoriais seriam aos poucos minadas, seja pela maior ação estatal (principalmente a partir de 1931), seja pela própria divisão do movimento operário mais combativo, com a formação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922.

Isso porque as divergências ideológicas entre esses sindicatos demandariam uma clara separação e disputa pelas entidades de trabalhadores, possibilitando, com a intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho a partir de 1930, um enfraquecimento dessas lutas e conseqüentemente da presença de uma atuação mais estratégica no território.

Esse processo de centralização do poder fez que o Estado começasse também a delimitar geograficamente a ação sindical para que, segundo Oliveira Vianna (assessor jurídico do Ministério do Trabalho na década de 1930 e um dos principais ideólogos do Estado corporativo no Brasil), se atingisse um de seus objetivos

a eliminação do espírito de localismo, [e] a técnica adotada foi a da subordinação de todas as associações sindicais e de todas as instituições de direito social ao poder central – à autoridade federal. (Vianna, 1951, p.100)

Desta forma, internamente haveria uma centralização das ações territoriais dos sindicatos, restringindo uma maior aproximação entre as entidades de classe e, internacionalmente, seriam proibidas quaisquer possibilidades de relações. Para Oliveira Vianna o controle das relações internacionais dos sindicatos justificava-se pelos riscos de uma eventual aproximação sindical internacional. Pois

esta providência cautelaratória – mantida, não apenas no texto da lei, mas na ação das autoridades administrativas incumbidas de executá-la – impediu a contaminação dos nossos grupos sindicais pelas ideias da III Internacional. (Vianna, 1951, p.100)

Ao intervir nos sindicatos, o Estado interferiu também nessas ações territoriais, determinando que essas territorialidades

sindicais se desenvolvessem única e exclusivamente sob as suas determinações.

Entendemos, então, territorialidade como uma estratégia territorial, uma ação no território buscando um objetivo político/social ou econômico sem necessariamente que se consuma uma posse efetiva do território. Como afirma Haesbaert (2009),

Propomos, nesse caso, optar pela expressão “territorialidade” já que não se trata do território em seu sentido pleno, ou seja, onde a sua “materialização” se torna imprescindível. Embora todo território tenha uma territorialidade (tanto no sentido abstrato de “qualidade ou condição de ser território” quanto no de sua dimensão real-simbólica) nem toda territorialidade possui um território (no sentido de sua efetiva realização material). (Haesbaert, 2009, p.106)

A partir dessa análise, entendemos que o território não pode ser apreendido como área de atuação de um único agente (o Estado), pois outros organismos, como os sindicatos, também atuam e imprimem nele a sua marca.

Mais ainda, o conceito de territorialidade, compreendido enquanto ação territorial dos sindicatos na busca de uma maior organização, pode ajudar-nos a entender melhor as práticas dos sindicatos no território antes de 1930 e quais foram as consequências das intervenções estatais nessas ações territoriais, quando da chegada ao poder de Getúlio Vargas.

Muito embora historiadores e cientistas sociais, principalmente, tenham pesquisado acerca das potencialidades e dos limites deste movimento social urbano, poucos¹³ foram os que procuraram entender as territorialidades dos sindicatos no Estado liberal e quais mudanças essas territorialidades vão sofrer com o fim da pluralidade sindical.

13 Costa, S. (1986) pontuou minimamente alguns desses processos, embora não tivesse como principal objetivo analisar de que forma a ação estatal, a partir de 1930, restringiria as territorialidades dos sindicatos.

Nesse sentido, faltam ainda pesquisas que possibilitem uma melhor compreensão das ações dos sindicatos desse período. Desta forma, justificam-se trabalhos geográficos com o objetivo de entender as territorialidades sindicais, pouco usuais nos estudos sociológicos e históricos.

Para nós, esse trabalho possibilita uma diferente visão desse momento histórico, propiciando à Geografia, enquanto ciência, adentrar nesse terreno que até hoje foi pouco explorado por seus pesquisadores.

A ciência geográfica, por meio de sua ampla conceituação sobre território e territorialidade, nos revelou novas nuances desse processo, permitindo compreender a extensão dessa espacialidade sindical.